

Constituinte mostra em um mês que grupo isolado não tem força

Brasília — Um mês após sua instalação, a Constituinte provou que não possui nenhuma corrente política capaz de promover, sozinha, mudanças substanciais nas áreas econômica, política e social. Nenhum grupo tem 280 votos — número mínimo para aprovação de matérias — porque os interesses dos parlamentares variam de acordo com o momento ou com a proposta em votação. Foi desta forma que a Constituinte decidiu que os senadores eleitos em 82 têm direito a voto, que seu presidente é Ulysses Guimarães, que não queria explicações do ministro Dilson Funaro sobre a crise econômica e que era incapaz de aprovar seu próprio regimento sem uma ampla negociação.

■ **Primeira votação** — Por 394 votos contra 126, os constituintes confirmaram a participação dos senadores eleitos em 82 na elaboração da nova constituição. A votação expressou apenas a força das questões regionais e um espírito de corpo do Senado. José Bisol e José Fogaça, ambos do PMDB-RS e considerados da ala progressista, votaram diferente na questão. Bisol votou contra a participação de Carlos Chiarelli, também do Rio Grande do Sul, eleito em 82, enquanto Fogaça votou a favor. O voto do primeiro foi motivado por princípios políticos e regionais, mas Fogaça enquadrou-se no espírito de corpo do Senado.

■ **Segunda votação** — Foi para escolher Ulysses Guimarães como presidente da assembleia. O presidente do PMDB teve mais de 400 votos contra pouco mais de 40 dados ao anticandidato, deputado Lysâneas Maciel, do PDT. Nessa votação, a esquerda se uniu, mas sem unanimidade. O PTE; O PCB; O PC do B e parte do PDT votaram em Lysâneas, e a esquerda do PMDB em Ulysses.

■ **Terceira votação** — A da convocação do ministro Funaro. Neste caso, o eixo identificado foi o da pura e simples oposição ao governo. O PFL e o PMDB votaram contra a convocação, enquanto o PT, o PDT, o PCB e o PC do B acabaram unidos à extrema direita do PDS. Houve ainda uma pequena ajuda do PMDB a esta oposição, como a da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que acreditava estar votando pela soberania.

■ **Quarta votação** — O episódio do regimento interno começou a tocar em feridas mais profundas. O Palácio do Planalto entrou sem nenhum constrangimento na Constituinte. Foi nesse omento que a Aliança Democrática desmoronou no plenário. O PFL ficou unido com o PDS e o PTB, enquanto parte do PMDB, o PT, o PDT, O PCB, o PC do B garantiram apenas 283 presenças em plenário, uma margem muito frágil para qualquer votação importante, que colocaria em risco a aprovação do regimento proposto pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).



Ulysses diz que teve "encontro de namorado" após quatro horas com Sarney

Sarney começa a discutir com Aliança duração de seu mandato

Brasília — O presidente José Sarney começou a discutir com os líderes da Aliança Democrática a duração de seu mandato, a ser fixado pela Constituinte. Ele quer que, pelo menos quanto a isso, a Aliança esteja unida e tome uma decisão de consenso que possa assegurar a estabilidade do seu governo. Mais do que o prazo propriamente, Sarney preocupa-se com a definição do momento adequado para a discussão do assunto, no âmbito da Constituinte, fora da turbulência da crise econômica e depois de passada a euforia dos que tentam a soberania da Assembleia.

Foi com essa disposição que Sarney recebeu o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, já que o próprio deputado traçara previamente a pauta do encontro — discutir os temas de interesse do governo na Constituinte. É bem provável, advertiu um amigo de Ulysses, que Sarney não tenha, no encontro, fixado um prazo de sua preferência para a duração do mandato e muito menos aberto formalmente a discussão do tema. Ulysses, no entanto, entendeu que, ao reiterar sua preocupação com as consequências de a Constituinte extrapolar suas funções, Sarney estava acima de tudo preocupado que a discussão sobre a soberania arrastasse o debate da fixação de seu mandato. Daí insistir na garantia de que a atual Constituição permanecerá intocável, até a promulgação da nova carta que a revogará.

Consulta ao PMDB

O deputado Ulysses Guimarães pretende, tão logo a Constituinte começar propriamente os seus trabalhos, iniciar as sondagens dentro do PMDB para saber a tendência do partido sobre a duração do mandato presidencial. Ulysses não comenta o assunto, mas adverte que "a Constituinte não deve fixar o mandato de Sarney, mas do presidente da República. Com isso, quer dizer que a Constituinte

deve fugir da excepcionalidade e das disposições transitórias. Ao defender essa regra, implicitamente o deputado revoga a duração do mandato de seis anos, fixados pela atual Constituição, pois, como norma definitiva, a Constituinte certamente não optará por um prazo considerado longo demais.

Ulysses, a respeito do mandato presidencial, tem-se manifestado informalmente contrariamente ao prazo de seis anos, em especial quando rebate os argumentos de que, por ter jurado a atual Constituição, Sarney tem direito adquirido. "Em matéria de direito público, não existe direito adquirido", diz o deputado, contestando essa tese, defendida entre outros pelo ministro Marco Maciel. Começam a chegar ao conhecimento do presidente do PMDB indícios de que, dentro do seu próprio partido, a tese prospera. Ele não reagiu, por exemplo, quando soube que o governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes, considerou o mandato de Sarney "um ato jurídico perfeito e acabado".

Cautela

Talvez por se considerar parte mais do que interessada, o presidente do PMDB aborda o tema com muita cautela. Ele informa que, na sondagem, ouvirá o partido, sem ater-se exclusivamente aos constituintes. Ulysses reconhece a forte influência dos governadores, principalmente em início de mandato, sobre suas bancadas. Vai ouvi-los e não acha que encontrará dificuldades para uma posição de consenso. O deputado confessa a amigos que a dificuldade poderá estar entre as lideranças do partido, que se consideram fortes candidatos à sucessão de Sarney. Não cita nomes, mas seus alvos são Franco Montoro, José Richa e Orestes Quércia. Estes pensam o mesmo dele. A desconfiança recíproca atrasará a sondagem.

A conversa de Ulysses com Sarney

durou quatro horas e foi realizada no Sítio de São José de Pericumã, onde o presidente passa os dias de carnaval. Ao sair, às 15h30min, Ulysses disse que tinham sido discutidos os desentendimentos entre o PMDB e o PFL. E demonstrou otimismo: "Foi uma conversa de namorados".

A principal divergência entre o PMDB e o PFL — que, na semana passada, retirou sua bancada do plenário para evitar a votação do regimento da Constituinte — deve ser solucionada até terça-feira, garantiu Ulysses, através de uma nova redação para o parágrafo 7º do artigo 57 do regimento. Trata-se de uma emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que, na opinião do presidente da Constituinte, poderia ser um "ponto de encontro" entre o PMDB e o PFL.

O PFL temia que a redação original do artigo 57 abrisse espaço para mudanças na atual Constituição, até mesmo a redução do mandato de Sarney, através de "projetos de decisão" aprovados em plenário. O substitutivo apresentado por Maurílio, que já tem o aval do presidente, limita qualquer mudança no texto em vigor à legítima defesa contra "medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembleia Nacional Constituinte".

Na conversa com Sarney, o presidente do PMDB debateu mais uma vez as novas diretrizes do governo para a economia. Mas na saída limitou-se a afirmar que acredita na normalização da situação, "ainda grave, embora já mais animadora", devido à queda dos juros e à manutenção da inflação no nível de 12% ao mês. Ulysses admitiu que o governo prepara novas medidas, mas elas só serão anunciadas após o carnaval.

Leia Editorial
Descuido Fatal

Câmara e Senado terão sessão noturna para atender governo

Arquivo — 31/10/78

Brasília — Durante hora e meia de conversa com o presidente José Sarney, antontem, no Palácio do Planalto, os líderes do PFL no Senado Carlos Chiarelli, e na Câmara, José Lourenço, traçaram a estratégia para colocar as duas Casas em pleno funcionamento a partir de quarta-feira e, com isso, sepultar a proposta do Grupo Pró-Soberania, que insiste em mantê-las fechadas.

Na mesma reunião foram revistos os textos de 270 mensagens do Executivo que tramitam no Legislativo e passarão a ter tratamento prioritário. Para isso, Câmara e Senado funcionarão no expediente noturno, de modo que os trabalhos da Constituinte — comissões técnicas de manhã e plenário à tarde — não sejam prejudicados.

Os líderes pefelistas conseguiram, no mesmo dia em que se reuniram com Sarney, um grande trunfo para tornar vitoriosa a sua estratégia: a Mesa do Senado, reunida com líderes de bancadas, decidiu fazer sessões plenárias todas as noites para apreciar mensagens já prontas para entrar na ordem do dia. Segundo o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, vários setores da administração, inclusive municipal, que estão esperando aprovação de empréstimos estão semiparalisados por causa do baixo rendimento do Congresso ano passado, motivado pelos recessos brancos determinado pelas campanhas eleitorais.

Os dois parlamentares reunidos com Sarney constataram que 270 mensagens do Executivo dependem hoje de deliberação da Câmara, do Senado ou do Congresso Nacional. Entre essas mensagens estão algumas que dificultam até as relações externas do Brasil, que tem no momento 15 embaixadas vagas, apesar de a Presidência ter indicado os nomes dos candidatos a titulares dos postos desde o ano passado. O caso dos embaixadores que são sabatinados e aprovados pelo Senado, a Mesa diretora resolveu em caráter de urgência.

Há, ainda, 53 projetos de lei do Executivo que se destinam à modernização de setores da administração pública. São os casos, por exemplo, dos Códigos Penal e de Processo Penal e, ainda, da Lei das Contravenções Penais. Existem ainda 135 decretos-leis dependendo de deliberação do Executivo e 67 mensagens tratando de questões financeiras para estados e municípios.



Líder escreveu parágrafo e depois trabalhou contra

Líder iniciou a polêmica

Brasília — O redator do polêmico parágrafo 7º do artigo 57 do regimento da Constituinte — que assegura à assembleia tão ampla soberania que o presidente José Sarney suspeita ter ele a finalidade de reduzir o seu mandato — é o líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna. O mesmo que depois manobrou para rejeitá-lo na quarta-feira passada, dia da votação da matéria.

Já o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que nesse dia apoiou a soberania em plenário, na verdade foi contra sua inclusão no regimento, e diante do fato consumado procurou amenizá-la, acrescentando com sua própria letra uma alteração no texto final do projeto.

A esquerda, que ficou satisfeita com a versão final do regimento, mudou de opinião quando Ulysses marcou a data de votação; a direita, contrariada por essa versão, resolveu silenciar, mas também mudou de opinião e mais tarde passou a atacá-la, unindo-se à esquerda.

Essa situação confusa espelha o clima de grande insegurança que domina os bastidores e o plenário da Constituinte desde sua instalação, e explica em parte por que, na prática, ela ainda não conseguiu andar um centímetro. Por trás de qualquer iniciativa está sempre a disputa por espaço político entre PMDB e PFL. A crise econômica contribui para alimentar a paranóia na competição entre os dois principais líderes do país — Sarney e Ulysses.

— Não podemos admitir a inclusão desse parágrafo — disse Ulysses no tele-

fone a Sant'Anna no dia 20, véspera de uma sessão extraordinária da Constituinte.

— Não se preocupe — respondeu o líder do governo —, o presidente está de acordo.

Era a última palavra após o acordo fechado na véspera entre Sant'Anna, o grupo de deputados primeiro mandato — conhecido como "anjos" — que defende a soberania, e o maior partido da Aliança Democrática.

Foi essa mudança, que permite o arquivamento de projetos a julgamento de seu relator (o que reduziria a soberania da Constituinte), que provocou a reviravolta da semana passada e acabou adiando a votação da matéria. O líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), disse em nome dos pequenos partidos que aquele era "o regimento mais autoritário da história do Brasil". E pediu a Ulysses a reabertura dos prazos para a apresentação de emendas.

Se isso acontecesse, o senador Carlos Chiarelli (RS), líder do PFL no Senado, já estava pronto para apresentar sugestões alterando pelo menos dois pontos nos quais os avanços tinham ido "longe demais", na opinião dos conservadores: 1) o funcionamento limitado da Câmara e do Senado; e 2) as facilidades para a realização de um plebiscito, como forma de a população aprovar ou não a nova Constituição.

Quando a esquerda percebeu que tinha sido utilizada para dar passagem às propostas da direita, tentou voltar atrás, mas já era tarde.